



2024

I INTERNACIONAL
III NACIONAL
CONGRESSO DA MAGISTRATURA

do trabalho



O III CONGRESSO NACIONAL E I INTERNACIONAL DA MAGISTRATURA DO TRABALHO – MODELOS REGULATÓRIOS, PROGRESSO TECNOLÓGICO, IMPACTOS SOCIOECONOMICOS, JURÍDICOS E INSTITUCIONAIS NO UNIVERSO DAS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO oferece espaços privilegiados para discussão de temas afetos aos cenários normativos, socioeconômicos e tecnológicos contemporâneos, a partir do diálogo com diferentes atores do Poder Judiciário, trabalhadores e empresários, além de profissionais de diferentes áreas do conhecimento, a exemplo da economia, da administração e da sociologia.

Embora passados sete anos do advento das Leis 13.429 e 13.467, ambas de 2017, ainda parece haver dúvidas acerca do real significado de muitas das inovações produzidas pelo Congresso Nacional, o que tem

possibilitado a edição de julgamentos contraditórios, gerando insegurança jurídica e atraindo a intervenção da Suprema Corte, por meio de ações de controle de constitucionalidade e de reclamações constitucionais. Assiste-se, ainda, a um preocupante processo de esvaziamento da competência material da Justiça do Trabalho, o que impõe o exame de suas causas e de seus efeitos para o conjunto da sociedade brasileira.

O avanço das novas tecnologias e a digitalização de processos impactaram expressivamente as relações de produção, e consequentemente o mercado de trabalho, trazendo novas realidades, a exemplo das plataformas, da “big data” e da “internet das coisas”, do “blockchain” e das criptomoedas, além da monetização de dados pessoais e da inteligência artificial generativa.

Assistimos a um tempo de transição, em que os modelos regulatórios vigentes, interpretados e aplicados pelos órgãos da jurisdição, passam por diversos questionamentos, especialmente em relação à sua adequação. Objetiva-se, portanto, que o Congresso represente o espaço adequado para discussão desses novos cenários.

OBJETIVO DO CONGRESSO EM 2024

A **Trilha Jovem Iguassu**, teve início em 2006, é um programa do Polo Iguassu voltado para a capacitação de jovens em situação de vulnerabilidade social entre 16 e 24 anos na região de Foz do Iguaçu. Com mais de 15 anos de atuação, o programa já formou mais de 2.000 jovens, preparando-os para o mercado de trabalho nas áreas de turismo, tecnologia e empreendedorismo. Ao longo de sua história, o Trilha Jovem tem se destacado por suas parcerias com empresas locais e internacionais, proporcionando estágios e oportunidades de emprego para os participantes. Além disso, o programa oferece uma formação integral que inclui desenvolvimento pessoal, habilidades socioemocionais e conhecimento técnico, contribuindo para a inclusão social e o desenvolvimento sustentável da região. Entre suas realizações, destaca-se a criação de uma rede de ex-alunos engajados, que atuam como mentores e exemplos de sucesso para as novas gerações de participantes.

HOMENAGEM DO CONGRESSO



TRILHA JOVEM
Turismo e Responsabilidade Social
Iguassu

Clique no QR Code e saiba mais, sobre os projetos da instituição.



ENTENDA O CONGRESSO



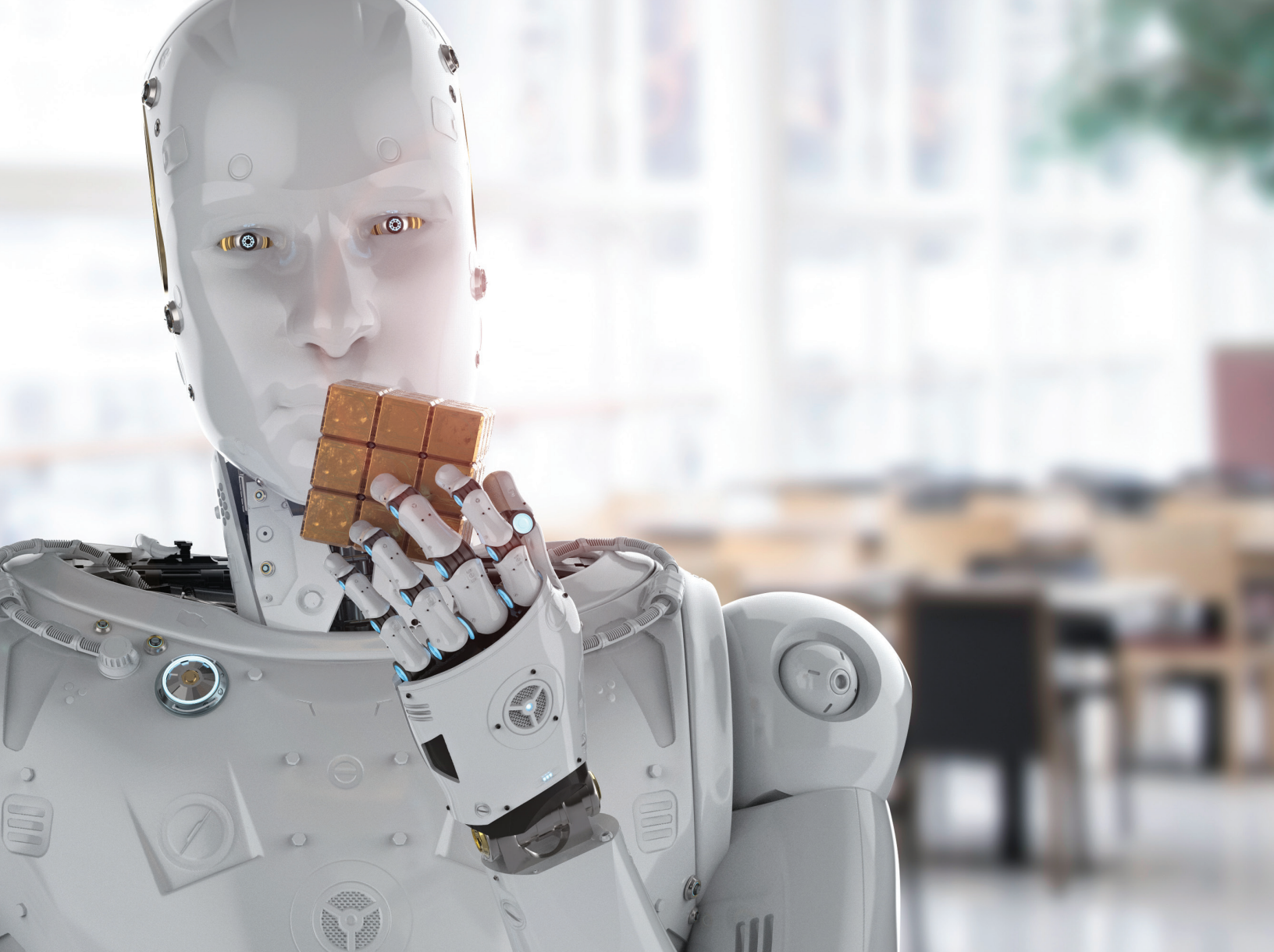
O mundo do trabalho tem passado por transformações profundas, impulsionadas pelos avanços tecnológicos e pelas novas formas de organização da produção.

No contexto da Revolução Tecnológica em curso, o sistema clássico de regulação das relações entre o capital e o trabalho, que foi estruturado a partir dos anos 30 do Século XX e que contava com a forte intervenção estatal na produção de normas e na resolução de conflitos, foi submetido, em 2017, a um processo legislativo de revisão profunda. Antes mesmo do advento das novas leis que conformaram o novo marco legal trabalhista, o Supremo Tribunal Federal (STF) proferiu importantes decisões, envolvendo o postulado da autonomia negocial coletiva e o fenômeno da terceirização de serviços.

No conjunto das inovações jurisprudenciais

e normativas do primeiro quartel do Século XXI, prevaleceu o reconhecimento de que o diálogo direto entre os atores sociais representa a melhor forma de alcançar o equilíbrio necessário entre os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, tal como propugnado pelas diretrizes da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Superada, portanto, a perspectiva tradicional de regulação jurídica laboral imperativa e inflexível editada a partir do Estado, abriu-se largo espaço para um novo modelo mais flexível e que pode ser moldado e adequado às múltiplas realidades socioeconômicas, a partir de parâmetros de produtividade e competitividade, respeitando-se, sempre, as normas de ordem pública que tutelam valores indisponíveis, a exemplo da saúde e segurança do trabalho.



Nada obstante, passados vários anos desde o advento das Leis 13.429 e 13.467, ambas de 2017, ainda se assiste a um debate teórico-doutrinário e jurisprudencial a propósito do real significado de muitas das escolhas produzidas pelo legislador, com defesas apaixonadas de posições antagônicas, muitas das quais centradas em juízos políticos puros, que são próprios à arena legislativa, e que não parecem guardar conotação direta, clara e objetiva, com eventual vício material de constitucionalidade.

Nesse ambiente de profunda polêmica e insegurança jurídica, a intervenção da Suprema Corte tem buscado pacificar a leitura da nova ordem juslaboral a partir dos marcos da Constituição, cuja guarda lhe foi confiada pelo constituinte originário de 1988.

Fruto de um rico processo histórico de

transição democrática que contou com grande participação popular, a Constituição de 1988 representa um marco expressivo na história do constitucionalismo mundial. Embora assumindo caráter absolutamente abrangente e analítico, o Texto Fundamental de 1988 realçou a centralidade do valor dignidade humana, elevando-o a fundamento da nossa organização sócio-política e objetivo da ordem econômica. Além disso, também estruturou a Seguridade Social fundada na ideia de universalidade da cobertura e do atendimento; garantiu, mais, ainda no plano social, o direito de todos ao trabalho, à educação, à cultura e ao desporto, também reconhecendo a importância do desenvolvimento científico e tecnológico, a liberdade de imprensa e a tutela do meio ambiente.

No campo econômico, a Constituição cidadã conferiu papel central à iniciativa privada, consagrando o direito fundamental à livre iniciativa

e estabelecendo, entre os postulados essenciais da ordem econômica, a propriedade privada com função social, a livre concorrência, a sustentabilidade ambiental e o pleno emprego. Esse mesmo texto democrático de 1988 deferiu ao Estado a possibilidade excepcional de atuação no ambiente do livre mercado, nos casos por ela estabelecidos ou quando necessário para atender a imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, ao mesmo tempo em que lhe impôs os deveres de fiscalização, coibindo abusos, e de incentivo ao desenvolvimento econômico, por meio de políticas públicas ligadas ao controle inflacionário, à regularização tributária, a ajustes e incentivos fiscais. O planejamento estatal no ambiente econômico há de buscar a criação das condições para a ampliação dos níveis de emprego e redução das desigualdades sociais e regionais, orientando a atuação de seus órgãos e sugerindo caminhos para os

investimentos privados.

De forma madura e clarividente, os constituintes de 1988 permitiram que o Estado poderia explorar indiretamente os serviços públicos ligados à infraestrutura, com especial destaque para os serviços e instalações de energia elétrica e o aproveitamento energético dos cursos de água; a navegação aérea, aeroespacial e a infraestrutura aeroportuária; os serviços de transporte ferroviário e aquaviário; e os portos marítimos, fluviais e lacustres.

A atração de investimentos, a maior competitividade de empresas e a geração de empregos dependem diretamente da qualidade da infraestrutura, compreendida como o conjunto material de condições físicas e serviços que permitem o desenvolvimento socioeconômico nacional. O exemplo das commodities nacionais, com seus expressivos



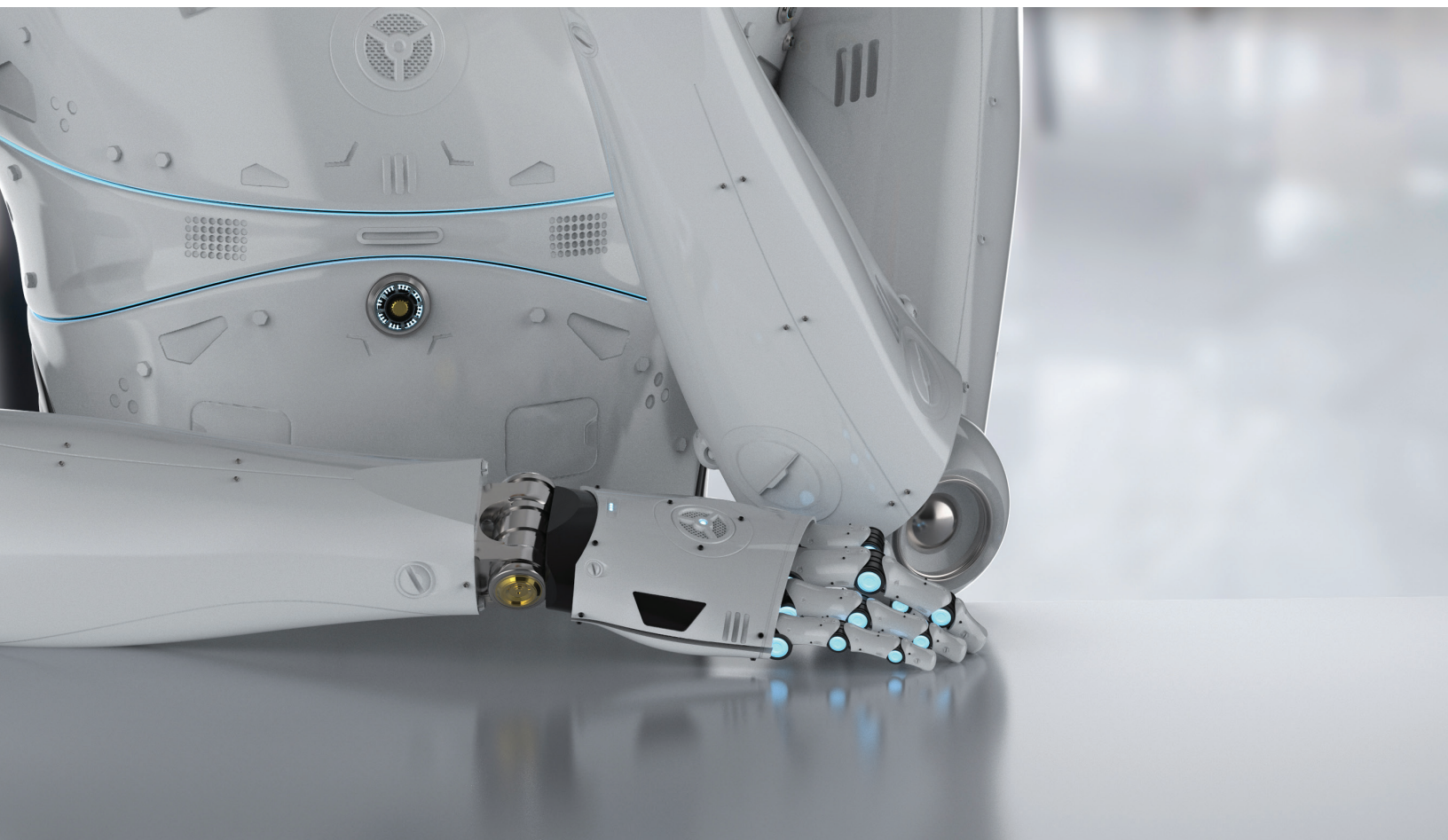
NOSSO COMPROMISSO

resultados ano a ano, é significativo e emblemático, pois os gargalos logísticos e de infraestrutura causam dificuldades para o escoamento célere e com custos razoáveis da produção.

Discutir a expansão da atividade econômica, com todas as suas virtudes acessórias de geração de empregos, inclusão social e ampliação da arrecadação fiscal e previdenciária, passa, necessariamente, pelo debate em torno da cadeia de infraestrutura e logística nacional.

Com o objetivo de propor um momento de reflexão sobre as questões apresentadas, a Academia Brasileira de Formação e Pesquisa (ABFP) e a Associação Brasileira de Magistrados do Trabalho (ABMT) realizam o III CONGRESSO NACIONAL E I INTERNACIONAL DA MAGISTRATURA DO TRABALHO, com apoio institucional da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), da Academia Brasileira de Direito do Trabalho (ABDT) e da

Academia Nacional de Direito Desportivo (ANDD), da União Geral dos Trabalhadores (UGT) e da Universidade nove de Julho (UNINOVE).



O Congresso

Com o objetivo de propor um momento de reflexão sobre as questões apresentadas, a Academia Brasileira de Formação e Pesquisa (ABFP) e a Associação Brasileira de Magistrados do Trabalho (ABMT) realizam o III CONGRESSO NACIONAL E I INTERNACIONAL DA MAGISTRATURA DO TRABALHO, com apoio institucional da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), da Academia Brasileira de Direito do Trabalho (ABDT), da Academia Nacional de Direito Desportivo (ANDD), da União Geral dos Trabalhadores (UGT) e da Universidade nove de Julho (UNINOVE).

PÚBLICO-ALVO

Magistrados
Membros do MP
Advogados
Comunidade acadêmica
Lideranças do setor governamental
Lideranças do setor empresarial
Liderança dos trabalhadores;
Sociedade civil
Imprensa
Parceiros da Academia

DETALHAMENTO

LOCAL DE REALIZAÇÃO DO EVENTO: Cataratas Bourbon
Resort Foz do Iguaçu (PR)
DATA: 28,29 e 30 novembro
CARGA HORÁRIA: 20h
MODALIDADE: Presencial e Telepresencial



MINISTRO GUILHERME CAPUTO BASTOS

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

MINISTRO DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

MINISTRO ALEXANDRE LUÍS RAMOS

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

DESEMBARGADOR CELSO RICARDO PEEL

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 2ª REGIÃO

JUIZ GIANI GABRIEL CARDOZO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 1ª REGIÃO - PRESIDENTE
ABMT

JUIZ OTÁVIO CALVET

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 1ª REGIÃO

JUÍZA ANA LUIZA FISCHER TEIXEIRA DE SOUZA

MENDONÇA

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 3ª REGIÃO - COORD.
ESCOLA ABMT

JUIZ SÉRGIO POLASTRO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 15ª REGIÃO - DIRETOR
DA AMB

ORGANIZAÇÃO
ACADÊMICA E
CULTURAL

COMISSÃO CIENTÍFICA

EDIÇÕES ANTER

2023 avanços tecnológicos

O congresso contou com 25 painéis que discutiram temas fundamentais relacionados às relações de trabalho. Ao longo de três dias, mais de 100 palestrantes contribuíram para os debates. Entre os destacados participantes, estiveram o Ministro Luis Felipe Salomão do Superior Tribunal de Justiça e Corregedor Nacional de Justiça, e vários ministros do Tribunal Superior do Trabalho, entre outros renomados juristas, professores, advogados e dirigentes de entidades públicas e privadas, tornando este congresso o maior evento da Justiça

Social do Brasil. TEMA CENTRAL DA SEGUNDA EDIÇÃO DO CONGRESSO DA MAGISTRATURA DO TRABALHO: As profundas transformações no mundo do trabalho, impulsionadas pelos avanços tecnológicos e pelas novas formas de organização da produção, desafiaram o sistema clássico de regulação das relações entre capital e trabalho. Houve um consenso significativo quanto à necessidade de modernizar e adaptar esse sistema aos tempos atuais.



RIORES



“ ... em xeque o sistema clássico de regulação das relações entre o capital e o trabalho, havendo consenso significativo no sentido da necessidade de sua modernização e adaptação aos tempos atuais. O diálogo direto entre os atores sociais, no contexto das reformas processadas, foi apontado como a melhor forma de alcançar o equilíbrio necessário entre os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, em linha de harmonia com as diretrizes da Organização Internacional do Trabalho (OIT) ...

*necessidade de
regulamentação 2022*

**3 DIAS DE INTENSOS DEBATES.
EXPOSIÇÕES E INOVAÇÕES.
RESERVE SUA VAGA!**

28 de novembro de 2024 (quinta-feira)

PLENÁRIO CENTRAL

17h30 – CREDENCIAMENTO

18h – CERIMÔNIA DE ABERTURA

Governador Carlos Massa Ratinho Júnior
(Governador do Estado do Paraná)

Ministro Luiz Marinho (Ministério do Trabalho
e Emprego)

Ministro Silvio Costa Filho (Ministério de
Portos e Aeroportos)

Ministro Mauro Campbel (Corregedor
Nacional de Justiça)

Ministro Aloysio Corrêa da Veiga (Vice-
presidente do TST)

Ministro Caputo Bastos (TST e Conselheiro
do CNJ)

Ministro Douglas Alencar Rodrigues (TST)
Desembargador Célio Horst Waldraff
(Presidente do TRT-9)

Desembargadora Ana Carolina Zaina
(Diretora da EJUD do TRT-9)

Juiz Giani Gabriel Cardozo (Presidente
da ABMT - Associação Brasileira de
Magistrados do Trabalho)

Juiz Frederico Mendes Júnior (Presidente
da AMB - Associação dos Magistrados
Brasileiros)

Zilmar Santana de Assis (Presidente da
ABFP - Academia Brasileira de Formação e
Pesquisa)

Francisco Lacerda Brasileiro (Prefeito de Foz
do Iguaçu)

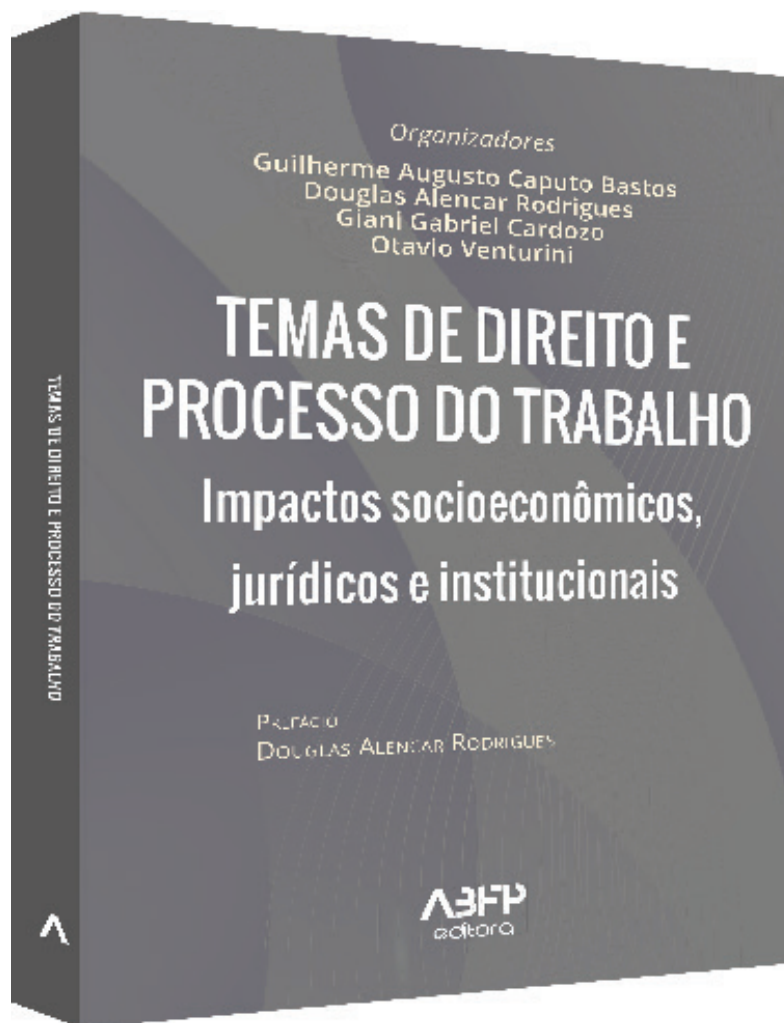
Enio José Verri (Diretor-Geral Brasileiro da
Itaipu Binacional)

CONFERÊNCIA DE ABERTURA

Ministro Mauro Campbel (Corregedor
Nacional de Justiça)

HOMENAGEM DO CONGRESSO

21h – JANTAR



Lançamento do livro TEMAS DE DIREITO E PROCESSO DO TRABALHO - Impactos socioeconômicos, jurídicos e institucionais.

(Congresso de 2023).

Sessão de autógrafos

Programa-se!

**3 DIAS DE INTENSOS DEBATES.
EXPOSIÇÕES E INOVAÇÕES.
RESERVE SUA VAGA!**

29 de novembro de 2024 (sexta-feira)

INÍCIO DAS ATIVIDADES: 08h

I - SALA DA JURISDIÇÃO SOCIAL

8h30 PAINEL 1: OS NOVOS HORIZONTES DA JURISDIÇÃO SOCIAL DO TRABALHO E AS NOVAS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA

Mediador: Desembargador Célio Horst Waldruff – Presidente do TRT-9

Expositores:

- Professor Nelson Mannrich (Professor da USP e Advogado)
- Professora Carolina Tupinambá Faria (Advogada e Professora Universitária)

Encerramento: Ministra Maria Cristina Peduzzi – Tribunal Superior do Trabalho

10h INTERVALO PARA COFFEE BREAK

10h30 PAINEL 2: O PROCESSO CONTEMPORÂNEO DO TRABALHO: SOLUÇÃO CONSENSUAL DE DISPUTAS, PROVAS DIGITAIS E NOVOS MODELOS DE EXECUÇÃO

Mediador: Juiz Giani Gabriel Cardozo (TRT-4 e Presidente da Associação Brasileira dos Magistrados do Trabalho – ABMT)

Expositores:

- Juíza Sílvia Isabelle Ribeiro Teixeira do Vale (TRT-5)
- Juíza Ana Paula Silva Campos Miskulin (TRT-15)
- Juíza Danielle Bertachini (TRT-12)

Encerramento: Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho (TST)

12h INTERVALO PARA ALMOÇO

14h PAINEL 3: TRABALHO HUMANO E REGULAÇÃO JURÍDICA: ENTRE A PROTEÇÃO, A LIBERDADE E A FUNÇÃO SOCIAL DAS EMPRESAS (ESG)

Mediadora: Juíza Ana Luiza Fischer Teixeira de Souza Mendonça (TRT-3 – Vice-Diretora da Escola Judicial da ABMT)

Expositores:

- Dra. Manuellita Hermes Rosa Oliveira Filha – Advogada da União e Professora Universitária
 - Juiz Cristiano Siqueira (TRT-10)
- Encerramento: Ministro Evandro Pereira Valadão Lopes (TST)
- Professor Ulisses Borges

15h30 INTERVALO PARA COFFEE BREAK

16h PAINEL 4: INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL, ÉTICA E RESPONSABILIDADE SOCIAL: NOVAS TECNOLOGIAS E SEUS IMPACTOS NAS RELAÇÕES INDIVIDUAIS E COLETIVAS DE TRABALHO

Mediador: Desembargador Ricardo Hofmeister de Almeida Martins Costa (TRT-4)

Expositores:

- Dra. Milene Pereira – Gerente de Assuntos Governamentais (Qualcomm)
- Dra. Taís Tesser – Advogada Líder de Contencioso (Google Brasil)
- Dra. Marília Minicucci – Advogada

Encerramento:

Ministro Breno Medeiros (TST)

II - SALA PODER JUDICIÁRIO E SEGURANÇA JURÍDICA

8h30 PAINEL 5: PODER JUDICIÁRIO E SEGURANÇA JURÍDICA: REALIDADE, DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Mediador: Desembargador José Ribamar de Oliveira Lima Junior (TRT-10)

Expositores:

- Juiz Otávio Calvet (TRT-1 e Vice-Presidente da ABMT)
- Prof. Luiz Guilherme Marinoni - Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Encerramento: Juiz Fábio Rodrigues Gomes (TRT-1)

10h INTERVALO PARA COFFEE BREAK

10h30 PAINEL 6: SEGURANÇA JURÍDICA E ANÁLISE PREDITIVA (JURIMETRIA: LIMITES E POSSIBILIDADES)

Mediador: Desembargador Josenildo dos Santos Carvalho (TRT-20)

Expositores:

- Desembargador Alexandre Teixeira de Freitas (TRT-1 e Conselheiro CNJ)
- Juiz Guilherme Guimarães Feliciano (TRT-15 e Conselheiro CNJ)

Encerramento:

Ministro Aposentado Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira (TST)

12h INTERVALO PARA ALMOÇO

14h PAINEL 7: SEGURANÇA JURÍDICA: A LITIGIOSIDADE PREDATÓRIA E O PAPEL DO PODER JUDICIÁRIO

Mediador: Desembargador José Marcelo Vieira de Araújo (TRT-19)

Expositores:

- Dr. Ronaldo Ferreira Tolentino (Comissão Direito do Trabalho - CFOAB)
- Juíza Rita Rebello Pino Dias (Juiz do TJSP)

Encerramento:

Ministro Paulo Moura Ribeiro (STJ)

15h30 INTERVALO PARA COFFEE BREAK

16h PAINEL 8: SEGURANÇA JURÍDICA: SISTEMA DE PRECEDENTES NA JUSTIÇA DO TRABALHO
Mediador: Desembargador Leonardo da Silveira Pacheco (TRT-1)

Expositores:

- Professor Fredie Didier (UFBA)
- Juiz Cesar Pritsch (TRT-4)

Encerramento: Ministro Hugo Carlos Scheuermann (TST)

Programme-se!

**3 DIAS DE INTENSOS DEBATES.
EXPOSIÇÕES E INOVAÇÕES.
RESERVE SUA VAGA!**

III - SALA DA INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA

8h30 PAINEL 9: AS RELAÇÕES DE TRABALHO E A QUALIFICAÇÃO DE MÃO DE OBRA NO SETOR PORTUÁRIO

Mediadora:
Jacqueline Wendpap (Relatora da Subcomissão 3 da CEPORTOS)

Expositores:
- Dr. Sergio Aquino (Presidente da FENOP e Membro da ABDPM)
- Dr. José Adilson Pereira (Presidente da Federação Nacional dos Estivadores)
- Dr. Fernando Fita Ortega - Professor Titular da "Universitat de València"

Encerramento:
Ministro Alexandre Luiz Ramos - Tribunal Superior do Trabalho

10h INTERVALO PARA COFFEE BREAK

10h30 PAINEL 10: OS PROCESSOS DE CONCESSÃO E ARRENDAMENTOS DE INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS NO BRASIL

Mediadora:
Ingrid Zanela (Advogada e Relatora da Subcomissão 2 da CEPORTOS)

Expositores:
- Mario Povia (Direito Executivo do IBI)
- Jesualdo Silva (Presidente da ABTP)

Encerramento:
Eduardo Nery (Diretor Geral da ANTAQ e Coordenador da Subcomissão 2 da CEPORTOS)

12h INTERVALO PARA ALMOÇO

14h PAINEL 11: PROJETO DE REFORMA DA LEGISLAÇÃO PORTUÁRIA: ASSIMETRIA ENTRE TERMINAIS ARRENDADOS E TERMINAIS DE USO PRIVADO

Mediador: James Winter (Advogado e Relator da Subcomissão 1 da CEPORTOS)

Expositores:
- Murilo Barbosa (Presidente da ATP)
- Dr. Alex Sandro de Ávila (Secretário Nacional dos Portos)

Encerramento:
Ministro Benjamin Zymler (TCU)

15h30 INTERVALO PARA COFFEE BREAK

16h PAINEL 12: PROJETO DE REFORMA DA LEGISLAÇÃO PORTUÁRIA: AUTORIDADE PORTUÁRIA

Mediador: Desembargador Marcelo Maciel Mancilha (TRT-17)

Expositores:
- Luiz Fernando Garcia (Presidente da Portos do Paraná)
- Anderson Pomini (Presidente da Autoridade Portuária de Santos)
- Caio Morel (Diretor Executivo da ABRATEC)

Encerramento:
Dra. Mariana Pescatori (Secretária Executiva do Ministério de Portos e Aeroportos)

IV - SALA DA INFRAESTRUTURA: MODAIS

FERROVIÁRIO, RODOVIÁRIO, AEROVIÁRIO e MARÍTIMO

8h30 PAINEL 13: O MARCO LEGAL DO TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS À LUZ DA ADI 5322

Mediadora: Desembargadora Ana Paula Lockman (TRT-15)

Expositores:

-Dr. Valdir de Souza Pestana – Presidente da CNTT

-Dr. Frederico Toledo Melo – Gerente de Relações Trabalhistas da Confederação Nacional do Transporte (CNT)

Encerramento:

Ministro Amaury Rodrigues Pinto Junior (TST)

10h INTERVALO PARA COFFEE BREAK

10h30 PAINEL 14: PERSPECTIVAS E DESAFIOS DO TRABALHO NO SETOR AÉREO

Mediadora: Desembargadora Márcia Andreia Farias da Silva (TRT-16)

Expositores:

-Dra. Renata Domingues da Fonseca (Diretora Jurídica e Relações Governamentais - GOL)

-Dra. Alana Cristina Sachi (Diretora Jurídica - AZUL)

Dr. Bruno Bartijotto (Diretor Jurídico - LATAM)

Encerramento: Ministro Aposentado Marcio Eurico Vitral Amaro (TST)

12h INTERVALO PARA ALMOÇO

14h PAINEL 15: QUESTÕES POLÊMICAS DA RELAÇÃO DE TRABALHO FERROVIÁRIO

Mediador: Desembargador Audaliphal Hildebrando da Silva (TRT-11)

Expositores:

-Dra. Priscila Machado – Gerente de Contencioso (VLI)

-Dr. Marçal Muniz da Silva Lima (Gerente Executivo Trabalhista e Jurídico ESG - (RUMO)

Encerramento: Ministro Aposentado Vantuil Abdala (TST)

15h30 INTERVALO PARA COFFEE BREAK

16h PAINEL 16: ASPECTOS POLÊMICOS DAS RELAÇÕES DE TRABALHO MARÍTIMO

Mediador: Wanderley Godoy (TRT-12)

Expositores:

- Dr. Antônio Carlos Oliveira (Advogado)

- Dr. Gustavo Luís Teixeira das Chagas (CONATPA – MPT)

Encerramento:

Ministro Alexandre Agra Belmonte (TST)

**3 DIAS DE INTENSOS DEBATES.
EXPOSIÇÕES E INOVAÇÕES.
RESERVE SUA VAGA!**

Programa-se!

V - SALA DE RELAÇÕES SETORIAIS DE TRABALHO

8h30min PAINEL 17: O TRABALHO NA AGROINDÚSTRIA BRASILEIRA

Mediador:
Desembargador João Marcelo Balsanelli
(Presidente do TRT-24)

Expositores:
-Dra. Elimara Aparecida Assad Sallum -
União da Indústria de Cana-de-Açúcar e
Bioenergia (UNICA)
-Dr. Rodrigo Hugueney do Amaral Mello
(CNA)

Encerramento:
Des. Flávia Simões Falcão (TRT-10)

10h INTERVALO PARA COFFEE BREAK

10h30 PAINEL 18: A TRANSIÇÃO TECNOLÓGICA,
AS NOVAS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO
PRODUTIVA E O FUTURO DA ORGANIZAÇÃO
SINDICAL

Mediadora:
Desembargadora Adenir Carruesco (TRT-23)

Expositores:
-Dr. Ricardo Patah (Presidente da União
Geral dos Trabalhadores - UGT)
-Dr. Alexandre Furlan - Presidente do
Conselho de Relações do Trabalho da
Confederação Nacional da Indústria (CNI)
-Dr. Giuseppe Ludovico - Professor Doutor
da Università degli Studi di Milano

Encerramento:

Ministro Guilherme Augusto Caputo Bastos
(TST)

12h INTERVALO PARA ALMOÇO

14h PAINEL 19: MUNDO DO FUTEBOL: TEMAS
POLÊMICOS DA SOCIEDADE ANÔNIMA DE
FUTEBOL (SAF)

Mediador:
Dr. Terence Zveiter - Presidente da
Academia Nacional de Direito Desportivo
(ANDD)

Expositores:
-Dr. Luiz Antônio Abagge (Vice-Presidente
da ANDD)
-Dr. Mauricio Correa da Veiga (ANDD)

Encerramento:
Ministro Sergio Pinto Martins (TST)

15h30min INTERVALO PARA COFFEE BREAK

16h PAINEL 20: ANÁLISE ECONÔMICA E SEUS
IMPACTOS NO DIREITO CONCORRENCIAL,
RECUPERACIONAL E TRABALHISTA

Mediadora:
Juliana Oliveira Domingues - Professora
(USP)

Expositores:
-Dr. Alexandre Cordeiro Macedo -
Presidente do CADE
-Dra. Lucinéia Possar - Diretora Jurídica do
Banco do Brasil e Professora Universitária
(UNICEUB)
-Dr. Fábio Carvalho - Advogado e CEO
Grupo Abril

Encerramento:
Ministro Luiz José Dezena da Silva (TST)

17h30 MOMENTO CULTURAL

LANÇAMENTO DE LIVROS

20h JANTAR GERAL PARA O PÚBLICO

**3 DIAS DE INTENSOS DEBATES.
EXPOSIÇÕES E INOVAÇÕES.
RESERVE SUA VAGA!**

Programa-se!

30/11/2024 (SÁBADO)

PLENÁRIO CENTRAL

VI – SALA MUNDO DO TRABALHO

9h PAINEL 21: DIREITO INTERNACIONAL DO TRABALHO COMO INSTRUMENTO DE UNIVERSALIZAÇÃO E UNIFORMIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO

Mediadora:
Desembargadora Maria Cesarineide de Souza Lima (TRT-14)

Expositores:
-Juiz Platon de Azevedo Neto (TRT-18)
-Maria Cláudia Falcão (OIT – Brasil)
-Professor João Leal Amado – Universidade de Coimbra)

Encerramento:
Ministra Liana Chaib (TST)

9h PAINEL 22: O TRABALHO DECENTE E A REALIDADE SOCIOECONOMICA BRASILEIRA

Mediador:
Desembargador Eduardo Pugliesi (TRT-6)

Expositores:
-Dra. Fernanda de Menezes Barbosa – Advogada Confederação Nacional da Indústria (CNI)
-Procuradora Danielle Olivares Correia (COORDIGUALDADE – MPT)

Encerramento:
Ministro Alberto Balazeiro (TST)

9h PAINEL 23: DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA MÃO DE OBRA NO BRASIL

Mediador:
Desembargador Paulo Régis (TRT-7)

Expositores:
-Gabriela Heckler (Gerente Jurídica da BTP)
-Dr. Nicole Carvalho Goulart – Diretora Executiva (SEST/SENAT)

Encerramento:

9h PAINEL 24: A NEGOCIAÇÃO COLETIVA COMO INSTRUMENTO DE EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Mediador:
Desembargador Francisco Sérgio Silva Rocha (TRT-8)

Expositores:
-Des. Celso Ricardo Peel Furtado de Oliveira (TRT-2)
-Dra. Cristiane Janice Fragoso dos Santos Pavan – Advogada Sindicalista

Encerramento:
Ministro Douglas Alencar Rodrigues (TST)

9h PAINEL 25: INCLUSÃO E EQUIDADE DE GÊNERO NAS RELAÇÕES DE TRABALHO

Mediador:
Desembargador Eridson João Fernandes Medeiros (TRT-21)

Expositores:

-Dra. Gisele Pimentel - Diretora Jurídica da Associação Brasileira de Shopping Centers (ABRASCE)

-Juíza Thereza Christina Nahas (TRT da 1ª Região)

Encerramento:

Ministra Morgana de Almeida Richa (TST)

10h30min INTERVALO PARA COFFEE BREAK

CONFERÊNCIA DE ENCERRAMENTO

11h TRABALHO E ECONOMIA NA CONSTITUIÇÃO E NA JURISPRUDÊNCIA DO STF

Mediador:

Ministro Aloysio Corrêa da Veiga - Vice-presidente do TST

Expositor:

-Ministro Cristiano Zanin (STF)

12h ALMOÇO DE ENCERRAMENTO

* Os títulos dos painéis e os expositores poderão sofrer alterações

Apoio Institucional



Patrocinadores



Apoio Acadêmico



Realização



Forma de Apoio

Formas de Apoio: Estruturadas em três níveis (Diamante, Ouro e Prata), as formas de apoio se diferenciam em relação à visibilidade da instituição/empresa apoiadora, aos conjuntos de benefícios concedidos e à exclusividade no seu respectivo segmento institucional. A ampla visibilidade, importância e projeção que o evento vem alcançando ano a ano, com expositores qualificados que endereçam suas análises a temas contemporâneos, também representa ganhos positivos para as instituições parceiras, comprometidas com o melhor desenvolvimento socioeconômico e cultural. As características dos três níveis de patrocínio está detalhada a baixo:

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS E BENEFÍCIOS CONTRATADOS	COTA DIAMANTE R\$600.000	COTA OURO R\$400.000	COTA PRATA R\$250.000
Inserção da marca no site da ACADEMIA (abfp.com.br)	✓	✓	✓
Inserção da marca no hotsite do evento	✓	✓	✓
Inserção da marca no material de divulgação	✓	✓	✓
Inserção da marca no banner fundo de palco	✓	✓	✓
Inserção da marca banner programação na porta auditório	✓	✓	✓
Menção aos nomes dos patrocinadores pelo mestre de cerimonia	✓	✓	✓
Inserção da marca no site oficial do evento com hiperlink para site do patrocinador	✓	✓	✓
Inserção da marca no backdrop na entrada do evento	✓	✓	✓
Inserção da marca no e-mail marketing	✓		
Disponibilização de inscrições modalidade presencial para uso institucional	40	30	10
Disponibilização de inscrições modalidade telepresencial para uso institucional	120	60	20
Divulgação de vídeo institucional durante o evento	✓		





Cataratas do Iguaçu: Beleza, História e Biodiversidade

Localizado na fronteira entre o Brasil e a Argentina, as Cataratas do Iguaçu são um espetáculo natural de tirar o fôlego. Com suas 275 quedas d'água majestosas, atingindo até 80 metros de altura no Rio Iguaçu, o local é o lar do Parque Nacional do Iguaçu, uma vasta área de conservação com 185 mil hectares.

CONEXÃO

TELEFONE/MENSAGEM: 61 98174-0035

EMAIL: contato@abfp.com.br

ABFP